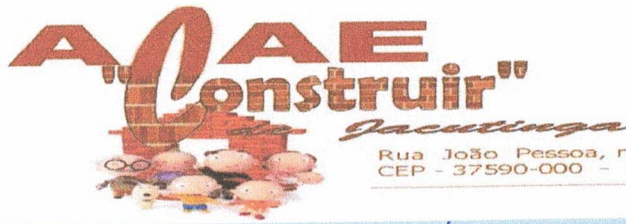




Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Inscr. - Isenta

PLANO DE TRABALHO PARA TERMO DE FOMENTO			
TÍTULO DO PROJETO: Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – ACAE Construir			
1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE			
OSC “Organização da Sociedade Civil” Proponente ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL EVANGÉLICA CONSTRUIR		CNPJ 19.851.398/0001-06	
Endereço RUA JOÃO PESSOA Nº1749, VILA TOLEDO, JACUTINGA		E-mail acaecoonstruir@acaecoonstruir.com	
Cidade JACUTINGA	UF MG	CEP 37590-000	DDD/Telefone (35)3443-3385
Conta Corrente 2020-2	Banco Caixa Econômica Federal		Agência 1064
Nome do Representante Legal VALÉRIA DE FÁTIMA MAFFUD CAPRONI			
Identidade/Órgão Expedidor	CPF 693.594.156-34	DDD/Telefone 35999082566	
Endereço RUA JOSE ADAMI NETO, 82, JARDIM BELA VISTA, JACUTINA-MG		E-mail acaecoonstruir@acaecoonstruir.com	
Nome do Responsável Técnico pelo projeto ZANIA MARA NUNES DE ASSIS			
Identidade/Órgão Expedidor MG-13.233.744 SSP/MG	CPF 058.688.756-30	DDD/Telefone (35)991666491	
Endereço AVENIDA VIRGÍLIO DE OLIVEIRA PRADO, 300 JARDIM ALVORADA, JACUTINGA, MG.		E-mail acaecoonstruir@acaecoonstruir.com	
Nome do Responsável Técnico pelo projeto FILIPE HENRIQUE ALVES PEREIRA			
Identidade/Órgão Expedidor MG 12476242	CPF 095.527.686-16	DDD/Telefone 35 99171-0321	
Endereço RUA DEPUTADO FLORIANO SARETTI Nº 25 MONSENHOR DUTRA		E-mail acaecoonstruir@acaecoonstruir.com	
2. DADOS DO PROJETO			
Título do Projeto/Atividade Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – ACAE Construir VALOR GLOBAL: R\$ 22.500,00		Período de Execução*	
		Início 02/01/2023	Término 01/04/2023



Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06Inscr. - Isenta

3. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

A Associação Cultural e Assistencial Evangélica Construir – ACAE é uma Organização da Sociedade Civil - OSC de direito privado, instituída em 19 de outubro de 2013, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado. Tem por finalidade prestar assistência à maternidade, infância, adolescência e juventude; organizar escolas e prestar assistência educacional e cultural; manter instituições de cunho assistencial, educacional e cultural; promover assistência social aos seus membros carentes e na medida do possível aos que não são membros da Associação; desenvolver programas visando a preservação e o fortalecimento das famílias. Desde o ano de 2015, a Associação conta com o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Acolhimento Institucional (Casa Lar) de crianças e adolescentes vítimas de violência, abandono e negligência por seus pais e ou responsáveis e que se encontram sob medida protetiva, cuja possui capacidade para acolhimento de até 30 crianças e adolescentes encaminhadas pela rede de proteção, Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar do município de Jacutinga e região, sendo dividida em duas residências.

4. JUSTIFICATIVA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) passa a perceber crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição de desenvolvimento e com absoluta prioridade. As medidas de proteção são medidas efetivadas por meio de ações ou programas assistenciais, aplicadas quando a criança ou adolescente estiver em situação de risco. Dentre as medidas de proteção aplicadas nos casos de criança e adolescente em situação de risco, destacam-se o acolhimento institucional, previsto no art. 101 do ECA.

A medida de acolhimento institucional se caracteriza pela permanência da criança ou do adolescente junto a uma unidade de acolhimento institucional, que configura a medida provisória e excepcional, utilizada como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo possível, para colocação em família substituta.

Portanto, o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes cumpre a função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias. Sua organização é gestada no âmbito do município, uma vez que inexistindo a oferta pelo poder público, o mesmo viabilizará o serviço através de parceria com Organização da Sociedade Civil regularmente constituída. O serviço se organiza em ambiente próximo de uma rotina familiar, proporciona vínculo estável

entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, devendo atender a todas as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re) inserção na família de origem ou substituta.

Como o serviço funciona 24 horas diariamente, tal tarefa demanda muito dos educadores/cuidadores residentes, por se tratar de uma função com elevada exigência psíquica e emocional, o que torna necessária uma atenção especial na seleção, capacitação e acompanhamento destes profissionais. Além disso, é de fundamental importância a existência de equipe técnica especializada, para acompanhamento constante da casa lar e (apoio/orientação aos cuidadores/educadores, atendimento às crianças/adolescentes e suas famílias, articulação com o SGD, etc), o que não significa que esta equipe deva estar sediada na casa. Assim, para que o educador/cuidador consiga cumprir bem sua função é necessário que disponha de apoio e orientação por parte da equipe técnica do serviço, bem como de espaço para trocas.

Portanto, deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade. Desta forma, a proposta deste plano de trabalho é fortalecer a proteção às crianças e adolescentes do município de Borda da Mata complementando o trabalho socioassistencial da equipe da Proteção Social Básica e Especial do município com o serviço especializado de Alta Complexidade da Proteção Social a ser executado nas dependências da Instituição de Acolhimento ACAE Construir, localizada no município de Jacutinga.

5. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Serviço de Acolhimento Institucional para crianças ou adolescentes em risco social de origem do município de Borda da Mata que se encontram afastadas do convívio familiar por medida de proteção conforme Estatuto da Criança e Adolescentes e Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Resolução 109/2009.

6. PÚBLICO ALVO

Crianças e ou adolescentes de 0 a 18 anos incompletos sob medida protetiva, conforme Art.101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

6.1 NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS PARA O MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA
03 (três) vagas para crianças ou adolescentes de ambos os sexos que já se encontram acolhidas na Instituição.

Observação: em eventual necessidade de aumento de número de crianças atendidas será proporcional ao valor atualmente contratado pelo número de vagas disponibilizadas. O aditivo decorre de lei e, tendo o município necessidade, poderá socorrer-se a tal dispositivo, caso haja disponibilidade da vaga pela OSC. O Plano de trabalho possui vigência para 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogável conforme necessidade do município e interesse da Organização da Sociedade Civil.

7. OBJETIVOS

7.1 OBJETIVO GERAL:

Realizar acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Acolher e garantir proteção integral.

Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos.

Proporcionar ações visando o restabelecimento de vínculos familiares e comunitários.

Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais.

Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia.

Possibilitar a convivência comunitária, através do acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário.

Desenvolver com os adolescentes condições para a independência e o autocuidado.

8. ABRANGÊNCIA

A Proposta será executada por e na Instituição de Acolhimento ACAE Construir voltada para três crianças ou adolescentes do município de Borda da Mata.

9. METODOLOGIA

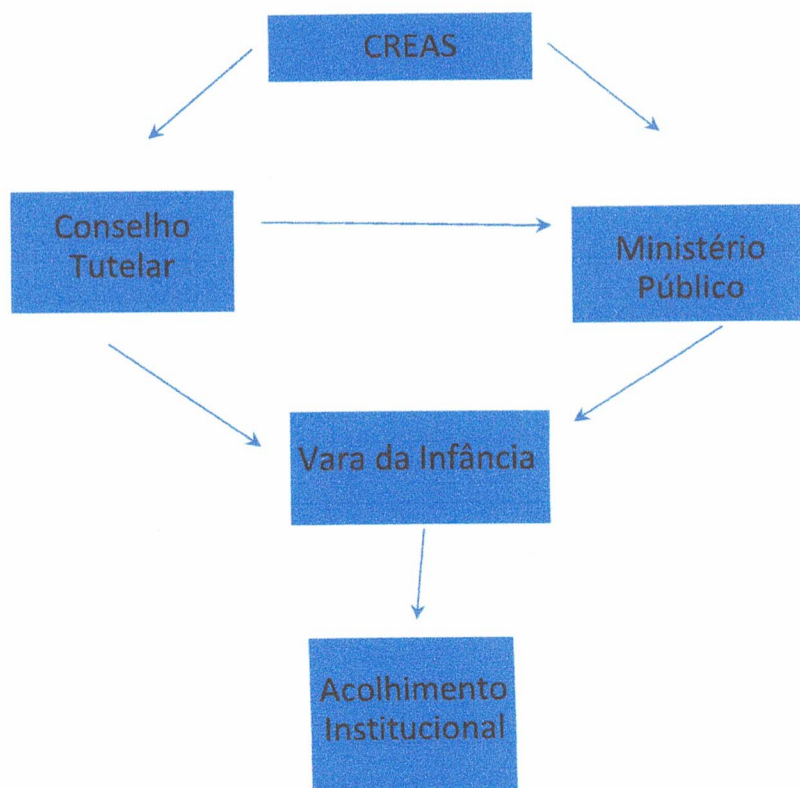
O Serviço de acolhimento é desenvolvido em 24 horas ininterrupto, nosso trabalho busca apoiar, fortalecer e emancipar, assegurando aos usuários o respeito e participação na sociedade, utilizando-se dos recursos existentes na comunidade, além das crianças e adolescentes permanecerem no projeto contra turno escolar da própria ACAÉ Construir. O Plano Individual de Atendimento contempla as necessidades individuais dos abrigados: A equipe técnica realiza planejamento de atividades dirigidas para a garantia do pleno desenvolvimento da criança ou do adolescente em situação de abrigamento, contemplando seus direitos fundamentais e a sua singularidade enquanto uma pessoa em fase peculiar de desenvolvimento que apresenta características próprias, tem uma história de vida a ser conhecida, e possui habilidades e aptidões a serem desenvolvidas. O PIA é atualizado de forma sistemática, na medida em que deve ser instrumento de acompanhamento do desenvolvimento e das fases da criança ou do adolescente no abrigo, desde sua entrada até sua saída do serviço de acolhimento e com acompanhamento de pelo menos seis meses após sua saída da casa lar. As atividades são desenvolvidas diariamente, considerando que o Serviço deve funcionar 24 horas por dia com orientação e capacitação aos cuidadores residentes pela equipe técnica, desta forma, deve-se respeitar estritamente a particularidade de cada acolhido, em situações de saúde, educacional, assistência, etc. No entanto tendo como processo norteador do trabalho, é necessário seguir o Projeto Político Pedagógico da Instituição e o Plano Individual de Atendimento –PIA, cujos são elaborados pela equipe técnica. As ações são registradas em documento específico tanto relatório qualitativo e quantitativo, com avaliação a cada seis meses com envio de relatório ao Poder Judiciário e Ministério Público. A Instituição de Acolhimento compõe o Sistema de Garantia de Direitos, que é formado por todos os órgãos, entidades sociais e programas e serviços públicos que têm interface com o atendimento da criança e do adolescente. Integram ainda os órgãos e entidades que atuam na promoção, na defesa e no controle da garantia de direitos da criança e do adolescente. A articulação dos atores que compõem o Sistema de Garantias é fundamental para a implementação das linhas de ação da política de atendimento, fixadas no artigo 87 do ECA. Para que os direitos das crianças e dos adolescentes abrigados sejam garantidos, é preciso que a unidade de acolhimento se articule com os recursos da comunidade e com os integrantes do Sistema de Garantias de Direitos da sua cidade. Nesse módulo o abrigo deve avaliar e registrar a periodicidade de contato com os seguintes órgãos ou instituições:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

- Conselho Tutelar
- Delegacia
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)
- *Ministério Público*
- *Vara da Infância e Juventude – equipe técnica*
- *Vara da Infância e Juventude – juiz*

AS CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO DE USUÁRIOS E FAMÍLIAS (VIDE RESOLUÇÃO CNAS Nº 109/09 DE 11/11/2009). A *Capacidade de atendimento: para o ano de 2023 teremos a capacidade de atender nesta parceria 03 beneficiários encaminhados pelo Poder Judiciário em Articulação com o Conselho Tutelar e Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS de Borda da Mata, desde que aja a formalização da parceria com o Poder Público.*

A forma de acesso se dará conforme fluxograma abaixo:



10. ESTRUTURA FÍSICA UNIDADE I

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FINALIDADE
Almoxarifado	01	Guarda de pertences e materiais de consumo.
Sala Administrativo-Financeiro (Executivo), compartilhada com setor de captação de recursos	01	Rotinas administrativas da Associação, organização de projetos, eventos, execução financeira, arquivos e tomada de decisão pela Diretoria e profissionais, arquivo de documentos.
Sala equipe técnica (Assistente Social e psicóloga)	01	Atendimentos individuais psicológico, e social aos usuários e suas famílias.
Banheiro para equipe técnica e administrativo	01	Uso diário de higiene corporal e saúde bucal.
Banheiros para os usuários	04	Uso diário de higiene corporal e saúde bucal.
Cozinha	01	Preparo de alimentos pelos educadores residentes
Refeitório	01	Alimentação
Sala de televisão	02	Espaço para descanso e entretenimento.
Quartos	06	Quartos disponíveis de acordo com a capacidade permitida segundo orientações técnicas.
Garagem	01	Capacidade para 1 veículo
Lavanderia	01	Específica para higienização de roupas, sapatos, utilização e guarda de materiais de limpeza.
Pátio	01	Área externa para brincadeiras e atividades grupais.
Sala de atividades pedagógicas	01	Realização de tarefas escolares, lúdicas e aprendizado.

Unidade II

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FINALIDADE
Almoxarifado	01	Guarda de pertences e materiais de consumo.
Sala de uso coletivo	01	Atendimentos grupais e visitas assistidas
Banheiros para os usuários	02	Uso diário de higiene corporal e saúde bucal.
Cozinha	01	Preparo de alimentos e alimentação
Sala de televisão	01	Espaço para descanso e entretenimento.

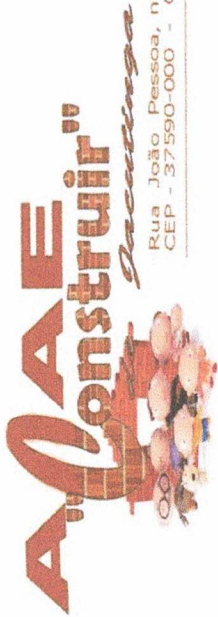


Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Inscr. - Isenta

Quartos	03	Quartos disponíveis de acordo com a capacidade permitida segundo orientações técnicas.
Garagem descoberta	01	Capacidade para 1 veículo
Lavanderia	01	Específica para higienização de roupas, sapatos, utilização e guarda de materiais de limpeza.
Pátio	01	Área externa para brincadeiras e atividades grupais.

11. CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Ocupação Profissional	Quantidade	Grau de Escolaridade	Carga Horária/Semanal	Forma De Contratação
<i>Equipe de Educação Superior</i>				
ASSISTENTE SOCIAL	01	GRADUAÇÃO COMPLETA E PÓS GRADUAÇÃO LATU SENSU	30 HORAS SEMANAIS	CLT
PSICÓLOGA	01	PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO E MESTRA EM EDUCAÇÃO	30 HORAS SEMANAIS	CLT
<i>Equipe de Ensino Fundamental /Médio/ técnico</i>				
CUIDADORES	07	ENSINO MÉDIO COMPLETO/ ENSINO FUNDAMENTAL	ESCALA DE TRABALHO	CLT
ADMINISTRATIVO	01	ENSINO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	44 HORAS SEMANAIS	CLT
AUXILIAR SERVIÇOS	01	ENSINO FUNDAMENTAL	44 HORAS SEMANAIS	CLT

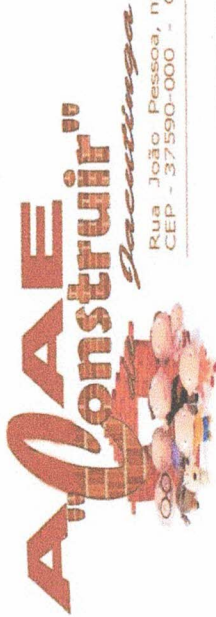


Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Insc. - Isenta

12. METAS / ETAPAS
12.1 EXECUÇÃO FÍSICO

META 01 Garantir e disponibilizar as vagas de acolhimento para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos conforme pactuado neste plano de trabalho

Etapa	Periodicidade	Formas de aferição	Indicadores Quantitativos	Resultado Esperados	
1.1 Acolhida/ recepção e escuta das crianças/ adolescentes	mensal	Relatório mensal de atendimento;	Número de crianças/ adolescentes acolhidos no mês;	Garantia de proteção para acolhidos e o envolvimento do Sistema de Garantia de Direitos, fortalecendo a Rede do município.	
1.2 Mobilização para o exercício da cidadania		Relatório financeiro	Número de atividades realizadas para o exercício da cidadania;	Crianças e adolescentes, em regime de acolhimento institucional fora de risco social.	
1.3 Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais com resolutividade		PIA;	Pesquisa de Satisfação do usuário aplicado a cada seis meses;	Número de encaminhamentos realizados;	Acolhidos que apresentaram maior adaptação na Instituição;
1.4 Atividades de integração do acolhido na Casa Lar		Guias de Acolhimento;	Número de atividades lúdicas realizadas;	Número de acompanhamentos junto à escola;	Acolhidos que foram encaminhados para a rede de serviços local que foram atendidos, garantindo-lhes acesso aos serviços essenciais.
1.5 Atividades de acompanhamentos escolar					
1.6 Atividades lúdicas na Casa Lar					



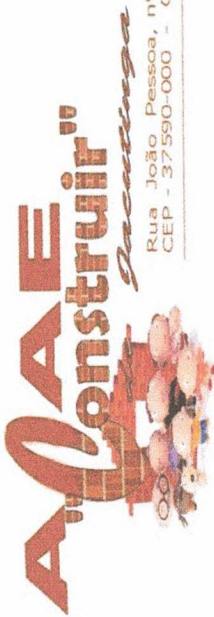
Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Inscr. - Isenta

META 02 Acompanhar as famílias de origem e/ou extensa, salvo determinação judicial.				
Etapa	Periodicidade	Formas de aferição	Indicadores Quantitativos	Resultado Esperados
2.1 Apoio à família na sua função protetiva	mensal	Relatório de atendimento e financeiro PIA;	Número de famílias que apresentaram reestabelecimento de vínculos; Número de acolhidos que apresentaram melhores condições para retorno aos cuidados dos familiares;	Vínculos familiares fortalecidos com Condições favoráveis das crianças e adolescentes com desenvolvimento emocional e social saudáveis com melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias
2.2 Mobilização e identificação da família extensa ou ampliada				
2.3 Orientação e atendimento sociofamiliar				
2.4 Reuniões com os familiares				
2.5 Produção de diagnósticos da realidade sociofamiliar				

META 3 Preparação para desligamento dos acolhidos, seja ele por colocação em família substituída, extensa ou retorno para a família natural ou ainda por maioria

Etapa	Periodicidades	Formas de aferição	Indicadores Quantitativos	Resultado Esperados	
3.1 Atividades de preparação para a vida independente	Mensal	Relatório mensal atendimento;	Número de adolescente que adquiriram maior independência no mês;	Crianças e adolescentes com maior preparação para o desligamento do serviço ou reintegração familiar;	
3.2 Atividades que favoreçam a superação de vivências de separação e violência		PIA;	Número de produção de relatórios para o Poder Judiciário;		
3.3 Elaboração e produção de relatórios e/ou prontuários para auxiliar nas decisões judiciais		Pesquisa satisfação do usuário;	Número de atividades realizadas;		
3.4 Atividades que desenvolvam a apropriação e ressignificação da sua história de vida		Guias de desligamento.	Número de acolhidos que apresentaram maior apropriação e ressignificação de sua história de vida;		
3.5 Atividades para o fortalecimento da cidadania, autonomia e inserção social					
3.6 Atividades de Convivência do acolhido com o familiar no abrigo					Número de encontros realizados entre os acolhidos e seus familiares;

META 04 Proporcionar atividades socioeducativas às crianças e adolescentes acolhidos, priorizando atividades realizadas na comunidade.				
Etapas	Periodicidade	Formas de aferição	Indicadores Quantitativos	Resultado Esperados
4.1 Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana	mensal	Relatório mensal de atendimento;	Número de atividades realizadas;	Melhora da qualidade de vida dos acolhidos;
4.2 Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social		PIA;	Número de participantes nas atividades;	Maior autonomia dos acolhidos;
4.3 Inserção em projetos/ programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho		Fotografias;	Número de acolhidos que apresentaram desenvolvimento nas atividades propostas;	Efetivação da cidadania e social participação comunitária e social das crianças e adolescentes
4.5 Atividades de lazer				Aumento da capacidade artística, criatividade, ludicidade da criança;
4.6 Atividades culturais				Aumento da oportunidade de acesso à educação, trabalho e renda do adolescente;
4.7 Atividades de convivência com amigos fora do ambiente institucional			Número de adolescentes capacitados;	Aumento de parceiros para o apadrinhamento socioafetivo;
4.8 Programa de Apadrinhamento socioafetivo			Número de adolescentes inseridos no mercado de trabalho.	
4.9 Comemorações de aniversário				
META 05 Acompanhar os casos de reintegração familiar por um período mínimo de seis meses				
Etapas	Periodicidade	Formas de aferição	Indicadores Quantitativos	Resultado Esperado



Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Inscr. - Isenta

5.1 Continuidade no apoio à família na sua função protetiva	Mensal por um período de seis meses para cada criança/adolescente e desacolhido	Relatório mensal de atendimento;	Número de crianças/adolescentes desligados; Número de crianças/adolescentes que não apresentaram reincidências de violação de direitos	Redução das violações de direitos, reincidências e ocorrências de novos riscos sociais e seus agravamentos.
5.2 Reuniões com os familiares ou família substituta				
5.3 Articulação em rede				

13. INDICADORES DE DESEMPENHO PARA O ALCANCE DAS METAS E RESULTADOS ESPERADOS DO SERVIÇO

Fonte Declaração mensal do serviço:

- Percentual de crianças e adolescentes desligados pelo retorno à família de origem ou família substituta durante o semestre – meta: 25%;
- Percentual de crianças e adolescentes de 04 a 17 anos que frequentam a rede pública de educação durante o mês – meta: 100%;
- Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos realizando cursos e/ou atividades profissionalizantes e/ou de preparação para o mercado de trabalho durante o mês – meta: 100%;
- Percentual de crianças e adolescente, sem restrição judicial, que receberam visita familiar (nuclear e/ou extensa) com vínculos familiares e comunitários reestabelecidos durante o mês – meta: 100%;
- Percentual de famílias de crianças e adolescentes (nuclear e/ou extensa) acompanhadas pela OSC e referenciadas ao CREAS ou CRAS durante o semestre – meta 100%;
- Percentual de famílias de crianças/adolescentes ingressantes no mês com perfil para Serviços/Programas/Projetos e encaminhadas para o CRAS de referência – meta: 100%;
- Número de atividades externas de natureza socioeducativas/lazer realizadas com crianças e adolescentes durante o mês – no mínimo uma atividade ao mês.

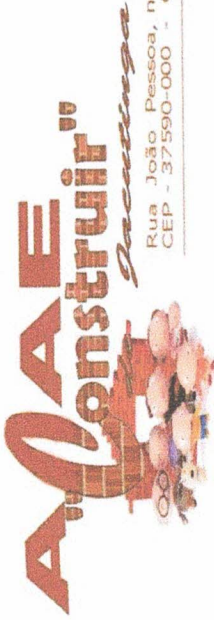
14. INDICADORES QUALITATIVO PARA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Indicadores Qualitativos

Avaliada a parceria por indicadores qualitativos de metas e resultados esperados com relação à execução do objeto da parceria.

<p>Dimensão 1 Estrutura física e administrativa</p>	<p>Indicadores: 1.1. Cômodos e mobiliários estão sendo utilizados no semestre conforme o aprovado no Plano de Trabalho</p> <p>Parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none">* INSUFICIENTE: Cômodos e mobiliários encontram-se em desconformidade com o previsto no Plano de Trabalho, afetando o desenvolvimento das atividades do serviço.* INSATISFATÓRIO: Cômodos e mobiliários encontram-se em desconformidade com o Plano de Trabalho, mas isso não afeta o desenvolvimento das atividades do serviço.* SUFICIENTE: Cômodos e mobiliários encontram-se de acordo com o previsto no Plano de Trabalho* SUPERIOR: Cômodos e mobiliários encontram-se para além do aprovado no Plano de Trabalho, com provisões adicionais com potencial para impactar positivamente sobre as atividades desenvolvidas. <p>Indicadores: 1.2 Disponibilidade de materiais e artigos socioeducativos, pedagógicos, lúdicos e esportivos para realização das atividades, bem como de insumos que garantam as ofertas específicas da tipologia do serviço, previstos no Plano de Trabalho.</p> <p>Parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none">* INSUFICIENTE: Materiais e artigos socioeducativos, pedagógicos, lúdicos e esportivos, bem como insumos referentes a ofertas específicas, encontram-se em desconformidade com o previsto no Plano de Trabalho, afetando o desenvolvimento das atividades do serviço.
---	--

	<p>* INSATISFATÓRIO: Materiais e artigos socioeducativos, pedagógicos, lúdicos e esportivos, bem como insumos referentes a ofertas específicas, encontram-se em desconformidade com o previsto no Plano de Trabalho, mas isso não afeta o desenvolvimento das atividades do serviço.</p> <p>* SUFICIENTE: Materiais e artigos socioeducativos, pedagógicos, lúdicos e esportivos, bem como insumos referentes a ofertas específicas, encontram-se em conformidade com o previsto no Plano de Trabalho.</p> <p>* SUPERIOR: Materiais e artigos socioeducativos, pedagógicos, lúdicos e esportivos, bem como insumos referentes a ofertas específicas, encontram-se para além do previsto no Plano de Trabalho, com potencial para impactar positivamente sobre a qualidade das atividades desenvolvidas.</p>
<p>Dimensão 2 Serviços, processos ou atividades</p>	<p>Indicadores: 2.1. Percentual de Relatórios, Prontuários, Plano de Desenvolvimento do Usuário- PAF (usuários da PSB) elaborados ou atualizados no quadrimestre.</p> <p>Parâmetros:</p> <p>* INSUFICIENTE: Menos de 70% dos usuários com relatórios e prontuários elaborados ou atualizados no quadrimestre;</p> <p>* INSATISFATÓRIO: Entre 70% e 80% dos usuários com relatórios e prontuários elaborados ou atualizados no quadrimestre;</p> <p>* SUFICIENTE: Entre 81% e 99% dos usuários com relatórios e prontuários elaborados ou atualizados no quadrimestre;</p> <p>* SUPERIOR: 100% dos usuários com relatórios e prontuários elaborados ou atualizados no quadrimestre.</p>

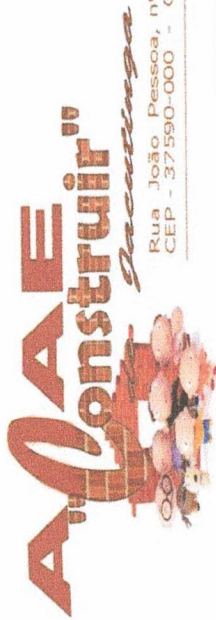


Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Inscr. - Isenta

<p>Indicadores: 3.1. Número de usuários atendidos / capacidade terceirizada do serviço</p> <p>Parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> * INSUFICIENTE: Inferior a 70% * INSATISFATÓRIO: 70% a 80% * SUFICIENTE: Entre 81% e 90% * SUPERIOR: Maior que 90% 	<p>Indicadores: 3.2. Execução das atividades previstas no Plano, compreendendo todas as suas dimensões.</p> <p>Parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> * INSUFICIENTE: Realização de menos de 70% das atividades previstas no Plano no quadrimestre * INSATISFATÓRIO: Realização de 70% a 80% das atividades previstas no Plano no quadrimestre * SUFICIENTE: Realização de 81% a 95% das atividades previstas no Plano no quadrimestre * SUPERIOR: Realização de 96% a 100% das atividades previstas no Plano no quadrimestre
<p>Indicadores: 3.3. Implantação de mecanismos de apuração da satisfação dos usuários do serviço</p> <p>Parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> * INSUFICIENTE: Nenhum mecanismo de apuração da satisfação dos usuários do serviço 	

Dimensão 3

Produtos ou resultados



Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Inscr. - Isenta

	<p>* INSATISFATÓRIO: Implantação de mecanismo de apuração da satisfação dos usuários, mas sem comprovação de adesão de, no mínimo, 20% dos usuários do serviço</p> <p>* SUFICIENTE: Implantação de mecanismo de apuração da satisfação dos usuários com comprovação de adesão de, no mínimo, 20% dos usuários do serviço;</p> <p>* SUPERIOR: Implantação de mecanismo de apuração da satisfação dos usuários, com comprovação de adesão de mais de 50% dos usuários do serviço.</p>
<p>Dimensão 4 Recursos humanos</p>	<p>Indicadores 4.1. Adequação da força de trabalho, no quadrimestre, ao quadro de recursos humanos previsto na legislação concernente à tipificação</p> <p>Parâmetros:</p> <p>* INSUFICIENTE: Quadro de RH encontra-se em desacordo ao previsto na legislação, havendo déficit de mais de 01 funcionário em quantidade e/ou qualificação exigida.</p> <p>* INSATISFATÓRIO: Quadro de RH encontra-se em desacordo ao previsto na legislação, havendo um déficit de 01 funcionário em quantidade e/ou qualificação exigida.</p> <p>* SUFICIENTE: Quadro de RH encontra-se completo em relação ao definido pela legislação, ou incompleto mas dentro do prazo legalmente previsto para substituições.</p> <p>* SUPERIOR: Quadro de RH em quantidade superior à estabelecida na tipificação.</p> <p>Serão atribuídos pontos por cada parâmetro, no seguinte padrão:</p>



Rua João Pessoa, nº1749 - Vila Toledo - Jacutinga - MG
 CEP - 37.590-000 - CNPJ - 19.851.398/0001-06 Inscr. - Isenta

* "0" para NÃO SE APLICA * "1" para INSUFICIENTE; * "2" para INSATISFATÓRIO; * "3" para SUFICIENTE; * "4" para SUPERIOR.

15. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS - PLANO DE APLICAÇÃO

14.1 Previsão de Receitas

Valor do Repasse do Concedente: R\$22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

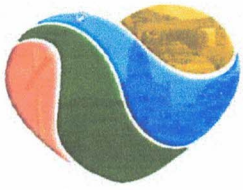
14.2 Descrição das Despesas

DESPESAS		UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Nº	Descrição				
01	Utensílios Gerais	dias	90	1.500,00	4.500,00
02	Alimentação	dias	90	6.000,00	18.000,00
Total da Despesa:					22.500,00

14.3 Cronograma de Desembolso do Concedente:

Mês	01	02	03
Valor	R\$7.500,00	R\$7.500,00	R\$7.500,00

Obs: o valor global segue com o cronograma de desembolso ininterrupto para 90 dias e se destina para 03 vagas no período de 02/01/2023 a 01/04/2023 com parceria com o município de Borda da Mata/MG de crianças e adolescentes que se encontram já acolhidos na casa lar. Os recursos devem ser liberados em



TERMO DE FOMENTO Nº 002/2023

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E A ACAE ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL EVANGÉLICA CONSTRUIR.

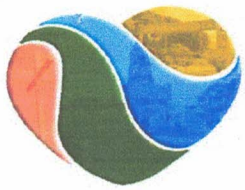
O MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA, inscrito no CNPJ sob nº 17.912.023/0001-75, com sede na Prefeitura Municipal, situada na Praça Antônio Megale, nº 86, Centro, neste Município, por intermédio do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, neste ato representado pela Sra. SANDRA MARA BENASSI, Diretora Municipal do Departamento de Desenvolvimento Social, doravante denominado MUNICÍPIO e a ACAE – Associação Cultural e Assistencial Evangélica Construir, inscrita no CNPJ sob nº 19851398/0001-06, com sede na Rua João Pessoa, 1749, bairro João pessoa, Jacutinga MG doravante denominada OSC, representado pelo Presidente, Sr. José Luiz Caproni Filho, portadora da Carteira de Identidade nº M5252107/SSP/MG e CPF nº 772.032.916-34, residente e domiciliado na Rua José Adami Neto, 82, Bairro jardim bela Vista, na cidade de JACUTINGA-MG, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei Federal nº 13.204/2015, de 14 de dezembro de 2015, e pelo Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril de 2017, consoante o Protocolo PRO 00094/2023 e Inexigibilidade do Marco Regulatório nº 002/2021 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1 — O presente Termo tem como objetivo a cooperação financeira entre o MUNICÍPIO e a OSC, conforme Plano de Trabalho constante no PRO 00094/2023 e Inexigibilidade do Marco Regulatório nº 002/2022, que passa a integrar o presente instrumento como se nele estivesse transcrito, para a execução do seguinte objeto:

SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE-CIVIL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, QUE SE INTERESSE FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM O MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA-MG, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PARA ATUAÇÃO NA ÁREA ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO.

1.2 - Este instrumento será regido pela Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei Federal nº 13.204/2015, de 14 de dezembro de 2015, e pelo Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril de 2017.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1 - Este Termo de Fomento se justifica, nos termos da Manifestação de Interesse Público para Celebração da Parceria da Associação cultural e assistencial Evangélica Construir juntamente com o Departamento Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA

3.1 - **O MUNICÍPIO**, através da Portaria Municipal nº 175/2017, de 26 de maio de 2017, designa como Gestor da Parceria do presente Termo de Fomento, nos moldes da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 3.624/2017, o Servidor Público Municipal efetivo, Sr. **Victor Bittar Lanna**, Gerente de Convênios e Contratos, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II. informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III. emitir Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Prestação de Contas Final, levando em consideração o conteúdo do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação de que trata o Artigo 88 do Decreto Municipal nº 3.624/2017;
- IV. acompanhar e realizar a Pesquisa de Satisfação, baseada em critérios objetivos para apuração da satisfação dos beneficiários e da possibilidade de melhorias em relação às ações desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil, que contribuam para o cumprimento dos objetivos pactuados, bem como para reorientação e ajuste das metas e atividades definidas, quando a Parceria ultrapassar o exercício financeiro e ocorrer à prorrogação do prazo de vigência do Termo de Fomento ou Colaboração ou Acordo de Cooperação; e
- V. disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

4.1 - Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obriga-se a cumprir o Plano de Trabalho constante no PRO 00094/2023 e Inexigibilidade do Marco Regulatório nº 002/2022, que passa a integrar o presente instrumento como se nele estivesse transcrito, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção, nomeada através da Portaria Municipal nº 261/2022 de 18 de novembro de 2022.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

5.1 - São obrigações do **MUNICÍPIO**:

5.1.1 - Transferir os recursos financeiros para a execução desta Parceria, na forma do Cronograma de Desembolso da Concedente aprovado através do Plano de Trabalho, bem como a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações através da Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril de 2017, em conta bancária específica



indicada pela OSC através de Declaração de Conta Corrente no ato da assinatura deste Termo, observada a disponibilidade financeira do Município e as normas legais pertinentes.

5.1.2 — Acompanhar, monitorar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução desta Parceria diretamente ou através de sua gestão.

5.1.3 - Dar ciência da assinatura deste instrumento à Câmara Municipal.

5.1.4 - Analisar os Relatórios de Execução Físico-Financeira e as Prestações de Contas objeto do presente Termo de Fomento, emitindo Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o Artigo nº 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve a correta aplicação dos Recursos em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado e do Artigo nº 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.1.5 - Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

5.1.6 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho aprovado, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança de objeto.

5.1.7 - Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Fomento antes do seu término, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a OSC não esteja inadimplente com a prestação de contas ao Município.

5.1.8 - Exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização, inclusive por meio de visitas in loco, sobre a execução do presente Termo de Fomento, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, a cargo da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

5.1.9 - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

5.1.10 - Emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria, de acordo com o Artigo nº 59, § Único, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Artigo nº 81 do Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril 2017, através da comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas devida pela OSC.

5.1.11 - Dar conhecimento à OSC das normas administrativas que regulam a execução de termo de Fomento com o Município, exigindo seu fiel cumprimento.

5.1.12 — Aplicar as penalidades previstas neste Termo e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos financeiros.

5.1.13 — Publicar o extrato deste Instrumento no Jornal de grande circulação do Município e quando for o caso, a justificativa prevista no Artigo nº 36 do Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril de 2017.

5.1.14 — Manter, em seu sitio oficial na internet, as informações da Parceria celebrada e o Plano de Trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias, após o respectivo encerramento da Parceria.

5.2 - São obrigações da OSC:

5.2.1 - Executar, nos termos da legislação pertinente, as atividades necessárias à consecução do objeto a que alude esta Parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho, observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e os prazos previstos.



5.2.2 - Estar regular, durante a vigência deste Termo de Fomento, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS.

5.2.3 - Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o Poder Público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no § Único do Artigo nº 11 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Artigo nº 67 do Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril de 2017.

5.2.4 - Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

5.2.5 — Não praticar desvio de finalidade da aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da Parceria.

5.2.6 — Comunicar o **MUNICÍPIO** a substituição dos responsáveis pela **OSC**, assim como qualquer alteração no Estatuto e endereço de funcionamento.

5.2.7 - Movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do presente Termo e em conta bancária exclusiva para movimentação dos recursos deste Termo, a ser apresentada pela **OSC** através de Declaração de Abertura de Conta Corrente no ato da assinatura deste Termo, não sendo permitido o ingresso de recursos entre contas de outro Termo ou da própria **OSC**.

5.2.8 — Aplicar os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** em aplicações financeiras.

5.2.9 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.2.10 — Na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá ser realizados pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, desde que devidamente justificada pela **OSC** no Plano de Trabalho aprovado, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com: I - o objeto da parceria; II - a região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou III - a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

5.2.11 - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e pessoal, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outra Organização da Sociedade Civil, congêneres ou não.

5.2.12 - Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** a inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

5.2.13 - Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município, sem que seja efetuados depósitos na conta bancária exclusiva para este Termo.

- 5.2.14 - Realizar pesquisa de preço, através de no mínimo 3 (três) orçamentos, se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no Plano de Trabalho, para assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.
- 5.2.15 - Conservar atualizada a escrituração contábil dos atos e fatos relativos à gerência e aplicação dos recursos consignados.
- 5.2.16 - Realizar as despesas para execução do objeto da Parceria expressa no Plano de Trabalho, dentro da vigência deste Termo, não podendo incluir despesas realizadas anterior e posteriormente à vigência do Termo, desde que o fato gerador esteja dentro da vigência.
- 5.2.17 - Devolver o saldo dos recursos não utilizados ou não aplicados corretamente conforme Plano de Trabalho, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, ao final ou extinção do Termo.
- 5.2.18 - Recolher documentos originais próprios contendo quitação bancária e/ou carimbo de recebemos de despesas realizadas em nome da OSC com seu CNPJ, sendo aceitas somente notas e comprovantes fiscais, identificando os com o número do Termo, e em seguida extrair cópia para anexar à Prestação de Contas a ser entregue no prazo ao **MUNICÍPIO**, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto.
- 5.2.18.1 Não serão aceitos documentos com emendas ou rasuras que lhes prejudiquem a clareza e prazo de validade vencido;
- 5.2.19 - Propiciar os meios e as condições necessárias para que os Agentes da Administração Pública, do Controle Interno e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente Termo, bem como prestar a estes, todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgar necessário.
- 5.2.20 - Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da Cláusula Décima Segunda deste instrumento.
- 5.2.21 - Fornecer todas as informações solicitadas pelo **MUNICÍPIO** referente ao cumprimento do objeto e à situação financeira do executor, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto deste Termo.
- 5.2.22 - Não deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo **MUNICÍPIO**.
- 5.2.23 — Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da Prestação de Contas Total, os documentos originais que compõem a Prestação de Contas.

CLÁUSULA SEXTA — DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 6.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)**, que serão repassados conforme o Cronograma de Desembolso do Concedente do Plano de Trabalho aprovado e parte integrante deste Termo.
- 6.2 — As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão por conta da Dotação Orçamentária nº 020401 08 243 0000 0016 3350 43 Ficha 329.
—Subvenções Sociais.





CLÁUSULA SÉTIMA — DA CONTRAPARTIDA

7.1 — A presente Parceria não gera obrigação de contrapartida financeira para a OSC, sendo considerada a contrapartida social, o cumprimento satisfatório do objeto.

CLÁUSULA OITAVA — DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 — O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da OSC, conforme o Cronograma de Desembolso da Concedente contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

8.1.1 — O repasse referente à primeira parcela dar-se-á até o dia 25 (vinte e cinco) do mês de janeiro de 2022, e as demais parcelas até a mesma data, após a aprovação da prestação de contas, conforme Cronograma de Desembolso do Concedente do Plano de Trabalho.

8.2 - Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, a OSC deverá, para o recebimento de cada parcela:

I. Apresentar as certidões negativas, desde que vencidas, de acordo com o inciso V, do Artigo 26 do Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril de 2017, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II. Estar adimplente em relação à prestação de contas; e

III. Estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

8.3 - Movimentar os recursos financeiros liberados pelo MUNICÍPIO, exclusivamente no cumprimento do objeto do presente Termo e em conta bancária exclusiva para movimentação dos recursos deste Termo, a ser apresentada pela OSC através de Declaração de Informando a Conta Corrente no ato da assinatura deste Termo, não sendo permitido o ingresso de recursos entre contas de outro Termo ou da própria OSC.

8.4 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.5 — Poderá ser dispensada a transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, através de realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela OSC no Plano de Trabalho aprovado, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

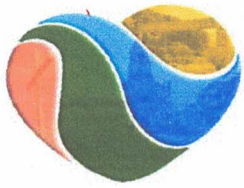
I. o objeto da parceria;

II. a região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou

III. a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

8.6 — A inadimplência da OSC quanto à prestação de contas, em decorrência de atrasos na liberação de repasses pelo município, relacionados à parceria, não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

8.7 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.



8.8 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

8.8.1 — A **OSC** deverá solicitar alteração do Plano de Trabalho, através de Ofício, para utilização dos rendimentos das aplicações financeiras e somente após aprovação pelo **MUNICÍPIO** utilizá-los no objeto da Parceria.

8.9 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela **OSC**.

8.10 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação da parcela anteriormente recebida;

II. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento da **OSC** em relação às obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração ou de Fomento; e

III. Quando a **OSC** deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelos Órgãos de Controle Interno ou Externo.

8.11 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

9.1 — O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com o Plano de Trabalho, as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 - As compras e contratações de bens e serviços pela **OSC** com recursos transferidos pela Administração Pública Municipal adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

9.2.1 - A **OSC** deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

9.2.2 - Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no Plano de Trabalho, a **OSC** deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de Relatório de que trata o Item II Artigo 87 do Decreto Municipal 3624/17, quando for o caso.

9.3 - A execução das despesas relacionadas à parceria observará, nos termos de que trata o art. 45 da Lei nº 13.019/2014:

I. a responsabilidade exclusiva da **OSC** pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; e

II. a responsabilidade exclusiva da **OSC** pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da



Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução.

9.4 - As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

- I. Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.
- II. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Alterar a previsão do Plano de Trabalho sem submeter à apreciação do **MUNICÍPIO**.
- IV. Pagar despesas com data anterior ou posterior ao da vigência deste Termo de Fomento.

9.5 - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela **OSC** com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o **MUNICÍPIO**.

9.6 - A inadimplência do **MUNICÍPIO** não transfere à **OSC** a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

9.7 - A **OSC** somente poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

9.8 - A comprovação das despesas realizadas com recursos da parceria pelas **OSC** somente será feita por meio de notas e comprovantes fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do dia seguinte ao da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial tendo de prazo de vigência de 90(noventa) dias.

10.2 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o **MUNICÍPIO** promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, através de Ofício, independentemente de proposta da **OSC**, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

10.3 — Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por Termo Aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS ALTERAÇÕES

11.1 - O Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante Termo Aditivo ou por Apostila ao Plano de Trabalho original.

11.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - O MUNICÍPIO promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria firmadas, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Gestor da Parceria.

12.2 - Em cumprimento ao disposto no Artigo 58 e 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e do Artigo nº 80 do Decreto Municipal nº 3.624/2017, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria Municipal nº 261 de 18 de novembro de 2022, terá as seguintes atribuições:

I. Monitorar e avaliar a parceria celebrada com a OSC, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 3.624/2017;

II. Emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação desta parceria, que deverá ser publicado e homologado, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da Prestação de Contas devida pela OSC, juntamente com o Gestor da Parceria, sem prejuízo de outros elementos, devendo conter:

- a. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
- c. Valores efetivamente transferidos pelo **MUNICÍPIO**;
- d. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo;
- e. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos Controles Interno e Externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

12.3 - O Gestor da Parceria juntamente com a Comissão de Monitoramento e Avaliação emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação de parceria celebrada, que deverá ser publicado e homologado, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da Prestação de Contas devida pela OSC.

12.4 - Os procedimentos de fiscalização desta parceria deverão ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de pelo menos 01 (uma) visita in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto.

12.4.1 - Nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano ou que exceda o exercício financeiro ou venha a ser prorrogadas, a Administração Pública Municipal realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

12.5 - Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública Municipal e pelos Órgãos de Controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 - A Prestação de Contas é um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria com a **OSC** para demonstração de resultados, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

13.1.1 - As Prestações de Contas de que trata neste caput, deverão obedecer às normas e prerrogativas definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em instrumentos próprios, quando for.

13.2 - As fases de apresentação das contas pela **OSC** e de análise e manifestação conclusiva das contas pelo **MUNICÍPIO** iniciam-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e terminam com a avaliação final das contas e demonstração de resultados.

13.3 - A **OSC** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria, mesmo que venha a ser prorrogado (Prestação de Contas Final); quando for o caso de parcelas mensais, a **OSC** fará a prestação de contas, mensalmente, 15 (quinze) dias após cada parcela recebida.

13.3.1 - O disposto no caput não impede que o **MUNICÍPIO** promova a instauração de Tomada de Contas Especial antes do término da parceria, diante de evidências de irregularidades na execução do objeto.

13.4 - Para a apresentação das contas, a **OSC** deverá trazer as informações nos relatórios e os documentos a seguir descritos:

I - Relatório de Execução do Objeto (Anexo XIII do Decreto Municipal nº 3.624/2017), elaborado pela **OSC** e assinado pelo Representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de Execução Financeira do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (Anexo XIV do Decreto Municipal nº 3.624/2017), com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho; e

III - Cópia das notas e dos comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados do emitente e dados da Organização da Sociedade Civil e número do instrumento da parceria.

IV — Cópia dos extratos bancários das contas corrente e aplicação apresentando a movimentação financeira desde a formalização da parceria até devolução do saldo remanescente.

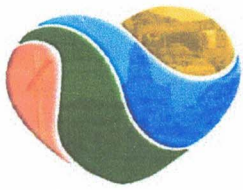
V – Demais documentos exigidos no Manual de Prestação de Contas.

13.5 - O **MUNICÍPIO** deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório de Visita Técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório Técnico de Monitoramento e avaliação, realizado e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor da Parceria, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo Fomento.





13.5 - O Gestor da Parceria emitirá Parecer Técnico de Análise de Prestação de Contas da parceria celebrada.

13.5.1 - No caso de Prestação de Contas Única, o Gestor da Parceria emitirá Parecer Técnico Conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

13.6 - Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os Pareceres Técnicos de que trata este artigo deverão, obrigatoriamente, mencionar:

- I. os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II. os impactos econômicos ou sociais;
- III. o grau de satisfação do público-alvo;
- IV. a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

13.7 - A Prestação de Contas apresentada pela **OSC** deverá conter elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

13.8 - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

13.9 - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

13.10 - A análise da Prestação de Contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

13.11 - A Prestação de Contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no Plano de Trabalho e neste Termo de Fomento.

13.12 - A Prestação de Contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em meio de documentos a serem apresentados ao **MUNICÍPIO**, que deverá disponibilizá-los no seu site oficial (www.bordadamata.mg.gov.br).

13.13 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da Prestação de Contas, a **OSC** deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a Prestação de Contas.

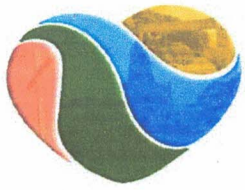
13.14 - A manifestação conclusiva sobre a Prestação de Contas pelo **MUNICÍPIO** observará os prazos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 3.624/2017, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I. aprovação da Prestação de Contas;
- II. aprovação da Prestação de Contas com ressalvas; ou
- III. rejeição da Prestação de Contas e determinação de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

13.15 - As impropriedades que deram causa à rejeição da Prestação de Contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com o **MUNICÍPIO**.

13.16 - As Prestações de Contas serão avaliadas:

- I. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;



- II. regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III. irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a. omissão no dever de prestar contas;
 - b. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
 - c. dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

14.1 — A **OSC** compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias da Notificação do Gestor da Parceria, o valor transferido pelo **MUNICÍPIO**, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:

- I. Quando não for executado o objeto pactuado;
- II. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a Prestação de Contas Parcial ou Final;
- III. Quando não for aprovada a Prestação de Contas;
- IV. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Fomento;
- V. Quando ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

14.2 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a **OSC** poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

14.3 — Compromete-se, ainda, a **OSC**, a recolher à conta do **MUNICÍPIO** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação no mercado financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DAS IRREGULARIDADES

15.1 — Qualquer irregularidade concernente às cláusulas deste Termo de Fomento, será oficializada ao Gestor da Parceria, que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis.

15.2 - Constatada irregularidade ou omissão na Prestação de Contas, será concedido prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a **OSC** sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA INEXECUÇÃO

16.1 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **OSC**, o **MUNICÍPIO** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I. Retomar os bens públicos em poder da **OSC**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

16.2 — A inexecução total ou parcial do presente Termo, pela **OSC**, poderá garantir a prévia defesa, ocasionar a aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DAS RESPONSABILIDADES E DAS SANÇÕES

17.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Municipal nº 13.019/2014 e da legislação específica e do Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 17 de abril de 2017, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **OSC** as seguintes sanções:

I. advertências, a ser aplicada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, Gestor da Parceria, Secretários Municipais das respectivas áreas de atuação e pelo Controlador Interno;

II. Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo do **MUNICÍPIO** sancionador, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III. Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **OSC** ressarcir ao **MUNICÍPIO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

17.1.1 - As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Controlador Interno do Município, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

17.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

17.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DOS BENS REMANESCENTES

18.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

18.2 — Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

18.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da **OSC** e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a **OSC** formalizar promessa de transferência da propriedade ao **MUNICÍPIO**, na hipótese de sua extinção.

18.4 — Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do **MUNICÍPIO**, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo Termo e na Legislação Vigente.

18.5 — Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

19.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

19.1.1 - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, serão devolvidos aos cofres públicos municipais, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela **OCS**.

19.1.2 - Na ocorrência de denúncia, o **MUNICÍPIO** e a **OSC** permanecerão responsáveis pelas obrigações e auferirão as vantagens relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria.

19.2 - O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido pelas partes celebrantes a qualquer tempo, atendendo as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

19.3 - Constituem motivos para rescisão dos Termos de Fomento:

I - má execução ou inexecução da parceria;

II - a verificação das circunstâncias que ensejam a instauração de tomada de contas especial.

19.3.1 - A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de tomada de contas especial.

19.4 - Na ocorrência de rescisão, a **OSC** deverá quitar os débitos assumidos em razão da parceria, relativos ao período em que ela estava vigente.



CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

20.1 — Sob pena de nulidade do Ato de Formalização da Parceria, o extrato da justificativa de que trata o Artigo 36 do Decreto Municipal nº 3.624/2017, de 07 de março de 2017, juntamente com este Termo de Fomento, deverão ser publicados, no máximo, até a data da formalização da parceria, na página do sítio oficial do **MUNICÍPIO** (www.bordadamata.mg.gov.br), Quadro Mural da Prefeitura Municipal (somente o extrato da justificativa e o extrato dos Atos de Formalização da Parceria), a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

20.2 — O **MUNICÍPIO** manterá, em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Borda da Mata (<http://www.bordadamata.mg.gov.br>), a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

- I. data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Orçamentária responsável;
- II. nome da Organização e seu número de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal — SRF;
- III. descrição do objeto da parceria;
- IV. valor total da parceria e valores liberados quando for o caso;
- V. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- VI. situação da Prestação de Contas da Parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e
- VII. a Prestação de Contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado.

20.3 – O **MUNICÍPIO** deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

20.4 – A OSC deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas redes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o **MUNICÍPIO** que contenham no mínimo as informações descritas no artigo 65 e seus incisos do Decreto Municipal nº 3.624/2017 de 17 de abril de 2017.

20.5 – O **MUNICÍPIO** deverá viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos desta Lei.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Borda da Mata-MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinados pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em juízo ou fora dele.


Borda da Mata, 09 de janeiro de 2023

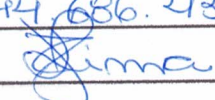


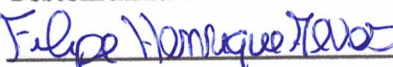
Sandra Mara Benassi
Diretor do Dep. de Desenvolvimento
Social
MUNICÍPIO



José Luiz Caproni Filho
Presidente da Ass. Cultural e Ass.
Evangélica Construir
OSC

Testemunha 01


CPF ou RG: 144.686.438.38
Assinatura: 

Testemunha 02


CPF ou RG: 12476242
Assinatura: 